

# DO DIÁRIO DE SÍSIFO:

## OBSTÁCULOS ECONÔMICOS À DEMOCRACIA SUSTENTÁVEL<sup>1</sup>

Wanderley Guilherme dos Santos

### RESUMO

Este artigo compõe-se de duas partes complementares. Na primeira, o autor combate o argumento, generalizadamente empregado pelos membros do atual governo brasileiro, de que a política econômica adotada, embora socialmente custosa, é inevitável e de que, não fosse por ela, o quadro nacional seria ainda pior. No desenvolvimento de sua análise, lança mão de um arcabouço conceitual que busca desmontar as premissas subjacentes ao discurso governamental, as quais qualifica de contrafactuais. Toda a segunda parte do artigo, em quatro seções, é destinada ao desenvolvimento teórico dos argumentos apresentados na primeira parte. *Palavras-chave: política econômica; argumentos contrafactuais; democracia.*

### SUMMARY

This article has two, complementary parts. First, the author contests an argument often used by members of the current government to the effect that its economic policy, though costly in social terms, is inevitable and that without it, the Brazilian situation would be even worse. In unfolding his analysis, the author adopts a conceptual framework that seeks to lay bare the assumptions underlying the governmental argument, which he considers to be based on contrafactual premises. All four sections of the Second part discuss the theoretical implications of the arguments presented in the first part of the article.

Keywords: economic policy; contrafactual arguments; democracy.

Como um lustre, uma nação abúlica suspende-se de apocalíptico contrafactual: o mundo seria pior se o governo não fosse cruel. Em delírio milenarista, menestréis da normalização manifestam exuberante conformismo em face do cotidiano dos peregrinos nacionais. Ora, contrafactual por contrafactual, esclareça-se que a afirmação "Se Lee Oswald não assassinou Kennedy, então alguém o fez" não é equivalente a "Se Lee Oswald não assassinasse Kennedy, alguém o faria". Em analogia imperfeita, é possível que "se o governo não fosse tão cruel, o mundo seria pior" seja equivalente a "se o governo fosse mais cruel, o mundo seria ainda pior", mas, definitivamente, e em boa lógica, é materialmente improvável que "não fosse *esse* o governo e o mundo seria pior". Doutrina vale doutrina, e nem sempre é possível decidir se existe comensurabilidade entre elas. Preâmbulo completo, à faina bruta.

(1) Apresentado no seminário "A globalização e a modernização brasileira", promovido pelo Instituto Teotônio Vilela, no Rio de Janeiro, em 19-20/06/97. O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) o apoio à implantação do Programa de Estudos Experimentais (PEX) no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), cujos seminários durante o ano de 1996 estimularam a redação do presente trabalho. Seria injusto não mencionar a bravura de Beatriz Guimarães, Angela Ribeiro, Simone Sampaio e Solange Carvalho, bibliotecárias do Iuperj, em tornar disponíveis os mais excêntricos artigos e livros ininterruptamente solicitados pelo PEX.

O Brasil encontra-se encarcerado em complexo processo de causação retroacumulada, seja, classicamente, por causação circular, seja porque as externalidades negativas de políticas específicas têm sido superiores a seus efeitos benéficos. A conexão entre a taxa de juros, déficit em conta corrente e endividamento externo é notório exemplo de causação circular cumulativa, enquanto a desordenada abertura comercial, induzindo falências e desemprego, mais modernização tecnológico-gerencial e desemprego e, ao fim e ao cabo, compressão na taxa de poupança e acréscimo na taxa de aversão ao risco são exemplos das segundas. É evidente que tais circularidades não resultam de determinismos mercadológicos, mas a ruptura deles exige intervenção política, que é o que produz flutuação nas taxas de variação desses processos.

Por "encarceramento" entende-se aquele estado que, embora modificável, tem alguns de seus efeitos já definitivamente irreversíveis. Se se admite, para argumentação, que certas decisões tomadas no passado poderiam ter sido diferentes, então o encarceramento atual resulta do roteiro adotado, não sendo conclusão de imperiosa necessidade. Ademais de encarcerado, o atual processo de causação retroalimentada é, pois, rota-dependente.

Não é de hoje que a administração estritamente economicista de problemas econômicos e não-econômicos vem gerando formidáveis obstáculos à condução política do país. Passados trinta anos de progressiva indexação alienista, e antes dos contorcionismos provocados pelo Real, defrontou-se o país com uma espécie de inflação auto-indexante (entendimento aceitável do conceito de inflação inercial) e em plena terceira onda de globalização. De um crescimento do PIB em torno de 6,0% anuais de 1964 a 1985, declinou-se sistematicamente até a média de 2,2% de crescimento ao ano, entre 1986 e 1993. Depois de seis planos, com autenticados nomes e datas de batismo — Cruzado (fevereiro de 1986), Cruzado 2 (novembro de 1986), Bresser (junho de 1987), Verão (janeiro de 1989), Collor I (março de 1990) e Collor II (fevereiro de 1991) —, a economia parecia não mais reagir, ultrapassando os soluços do *stop-and-go* para estacionar no *stop*, ou, pior, engatar séria recessão industrial. As taxas de desemprego aberto nos primeiros trimestres de 1992 e 1993, respectivamente, foram de 6,8% e 6,5% na cidade de São Paulo, de 6,4% e 7,5% em Salvador e de 7,7% e 9,2% em Recife, conforme o *Panorama laboral 95* da Organização Internacional do Trabalho. Os preços, alucinados, registraram uma inflação de 1.094% em 1994, com um salário mínimo equivalente a R\$ 65, em junho, contra uma cesta básica de R\$ 106 no mesmo mês, do mesmo ano, na mesma cidade de São Paulo. É no ato seguinte à hecatombe prometida que se dá a majestosa entrada em cena de nova política monetária, à frente o Real, cujo enredo heterodoxo disfarçava, ao contrário da retórica das seis versões canceladas, uma prática ortodoxa para o mundo globalizado. Trocou-se a personagem de ponta por excepcional corifeu, Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, sendo o coro da equipe econômica constituído por experimentados veteranos de temporadas anteriores, submetidos a rodízio de personagens e introjeção de novas falas.

Sustentou Mordechai Fraenkel, em seminário brasileiro de avaliação do Real, em 1996, com suposta base no experimento israelense de já lá vão doze anos, que somente dois anos seria curto período para avaliações mais consistentes do futuro da política econômica. Tese, a meu juízo, anti-histórica, pois assenta-se em duas premissas altamente controversas; na verdade, em uma tese e um corolário. Tese: a estabilidade de uma política econômica e de seus resultados seria função do tempo real em operação; corolário: dois anos estariam aquém do momento mítico de revelação da verdade. Ora, catástrofes e manás têm sido anunciados durante o biênio considerado (1995-96), e reiterados em 1997, por zíngaros e adivinhos com elevada taxa de erro. O mesmo continuará a acontecer daqui a vinte ou trinta anos, porque é da natureza dos assuntos humanos mudarem surpreendentemente de curso, só porque não se decifraram os indícios da reviravolta próxima. Ou seja, com paciência todas as previsões diluvianas ou poliânicas tornar-se-ão precariamente verdadeiras. Dependendo do que se prevê, a relevância do fator tempo é direta ou inversamente proporcional a ele mesmo<sup>2</sup>. As peripécias do último triênio resultaram, descontados efeitos não antecipados, das ações e omissões contratadas ao longo dele, não constituindo esta condição natural, em si mesma, motivo de crítica.

Especialmente nefasto, contudo, é quando ocasional fundamentalismo doutrinário se instala em contextos como o do Brasil contemporâneo, a saber, o de acelerado incremento na quantidade e magnitude dos problemas, associado à deterioração da capacidade operacional do Estado, que já ultrapassou a linha de segurança. Dadas as peculiaridades institucionais inauguradas pela Constituição de 1988, a adição de vetustos problemas àqueles cuja paternidade é mais recente pariu, por certo inesperadamente, uma espécie de governo *ad referendum*, cuja consagrada estratégia de ação consiste na criação de fatos consumados, em genuíno "jogo da galinha", no qual o adversário fica imobilizado, já que qualquer retaliação teria por efeito piorar a situação a que foi confinado.

Possivelmente, nenhum governo, nem mesmo os militares, usou os recursos de poder à sua disposição no extremo limite em que o atual o faz. Pela hipótese argumentativa já exposta, entretanto, a febril atividade governamental é, em larga medida, destituída de eficácia operacional e, em medida desconhecida, produtora de desordem governativa às avessas: à efetiva escassez relativa de demandas contrapõe-se uma congestão de governo, ignorando-se as consequências da ação concomitante de múltiplos agentes causais. Não obstante, tendo o governo Fernando Henrique Cardoso desperdiçado praticamente todo o ano de 1997 em tratativas reeleitorais, tem manifestado desde o fim daquele ano e inícios deste, 1998, desmesurada urgência em extrair do Legislativo aquelas medidas que não podem ser obtidas pela ativação do artigo constitucional de número 62, usando-o generosamente, outrossim, com crescente insensibilidade para o caráter freqüentemente desnecessário, e portanto prepotente, de sua utilização.

A opção pela tirania — que não significa outra coisa, aqui, senão a designação técnica de imposição desnecessária — não constava, estou

(2) Os analistas mega-históricos — unidade temporal em torno de milhões — divertem-se em inferências derivadas de alguns séculos: Simon, Julian (ed.), *The State of humanity*. Oxford: Blackwell, 1995 (por exemplo, Burnette, Joyce e Mokyr, Joel. "O padrão de vida através das eras").

seguro, da programação do governo, nem estou certo de que o Executivo esteja consciente de que tal se venha constituindo na principal característica política de seu mandato. Daí, precisamente, a delicadeza do momento. Um governo que perdeu temporariamente a soberania sobre o destino da moeda, tendo encarcerado o país em múltiplo processo de causação retroacumulativa, corre sério risco de encarcerá-lo em autoritário congelamento do poder por equívoco de diagnóstico, tomando como inoperância das demais instituições democráticas — Legislativo e Judiciário — o que em verdade resulta de insuficiente capacidade operacional do Estado. Breve recapitulação.

Terá sido em meio a 1996 que autoridades governamentais tenham por primeira vez admitido ser elevado o custo da domesticação do processo inflacionário. Sempre acompanhada, a admissão, pela ressalva de que não houvera escolha alternativa. De qualquer modo, desperdiçaram-se mais de dois anos de estéreis debates sobre matérias óbvias: a de que, ao longo de décadas, se havia acumulado extraordinário contingente de pobres e de miseráveis e a de que a estratégia de estabilização monetária não era particularmente favorável à redução da miséria, nem, tampouco, preocupava-se com a propensão ao desemprego nela embutida. Como resposta governamental, o menos ofensivo que se obteve foram contorcionismos na definição e operacionalização de conceitos estatísticos.

Hoje, o elementar é oficialmente reconhecido, o que lhe confere certo quê de patética banalidade: existe miséria no país e a distribuição do ônus da estabilidade não tem sido equitativa. Todavia, outra ressalva, sustenta-se que o estado atual da nação seria ainda mais desolador caso não se tivessem feito as opções que são, hoje, parte do passado, de onde se segue o apocalíptico contrafactual do poder. O que seria o presente se o passado não houvesse sido o que foi é algo postulado como premissa maior de raciocínio segundo o qual o futuro remoto é o que está desde já encapsulado nas decisões sobre o futuro imediato. A introdução de hipotéticos subjuntivos em argumentação de política econômica é aceitável, desde que se contemple, reciprocamente, a legitimidade de hipotéticos subjuntivos concorrentes. Se não, o poder do argumento resume-se ao argumento do poder.

Contrafactuais argumentativos têm, em economia, o aval de Keynes, conforme Hicks, e constituiriam, em realidade, o método de persuasão por excelência sobre a propriedade e oportunidade de decisões tomadas. Em contraposição a estas, discorre-se sobre o que teria ocorrido em sua ausência, ou se houvessem sido outras as decisões. O que existe é, contrafactualmente, melhor do que o presente alternativo, se o passado fora outro. De certo modo, supõe-se que o passado não poderia ter sido senão o que foi, exceto se se desejasse um presente pior do que o atual. Isto, é claro, do ponto de vista argumentativo, pois, Keynes reconhece, o passado está superpovoado de decisões que se revelaram equivocadas. Ao tempo das decisões, contudo, nenhum socorro existe para além do argumento contrafactual: o que ocorreria caso não se fizesse justamente o que se fez. O recurso a contrafactuais, fique claro, impõe-se justamente pela impossibilidade de deduzir, com certeza, o que há a fazer. É a indeterminação essencial do futuro que obriga à justificação

pelo contrafactual, no presente. Expus agora Keynes pelos olhos de Minsky, observando ser possível conciliar a interpretação ontologizante deste com a metodologia hipotético-subjuntiva sublinhada por Hicks<sup>3</sup>.

Evidentemente, nada há de mais controverso do que previsões sobre o passado, sobretudo quando delas fica pendente o estatuto de necessidade, ou a radical contingência, do presente. Para compreender por que se erra tanto sobre o futuro — algo extremamente fácil de comprovar — é indispensável entender por que se confunde tanto o passado, o que obrigaria a digressões sobre o presente subjuntivo. Em curto-circuito, contudo, prefiro ir direto aos fundamentos.

Surpreende descobrir que eventual sucesso de decisões socioeconômicas decorre da implacabilidade de duas proposições: toda política socioeconômica equivocada, mas sustentada ao longo do tempo, termina por ser bem sucedida, até por se tornar apropriada terapia à desordem provocada no entretempo; toda política socioeconômica vitoriosa, ao ser mantida duradouramente, termina por suscitar desastres que escapam à sua capacidade de autocorreção.

O fundamento destas implacáveis causalidades é duplo. Em primeiro lugar, porque não existem problemas insolúveis, obedecida sua duração endógena, havendo sempre um desenlace natural que os faz desaparecer, ainda que por substituição. Exemplo trivial encontra-se no cenário de mastodôntico e irrecorrível engarrafamento de tráfego, na ausência de regulação que impedisse sua emergência, engarrafamento que tornaria *inviável* a repetição do fenômeno. Substituiu-se o problema, pois trata-se agora de solucionar velho problema: o de transporte a média ou longa distâncias. Qualquer obsessivo que tenha passado a vida a sugerir, digamos, que todas as cidades e bairros deviam comunicar-se por meios aquáticos poderá ser reconhecido como brilhante visionário e ter suas propostas de política de transporte (de emprego, câmbio, saúde, previdência — por que não?) adotadas, e adotadas com relativo sucesso, depois, é claro, de gigantescas inundações e algumas centenas de milhares de afogamentos. Serão os custos sociais inevitáveis da sadia política de retomada da estabilidade nos transportes. Sempre existe, portanto, uma solução natural, automática, para todos os problemas, a qual, nem por ser estúpida, está impedida de ser bem sucedida.

Embora desagradável, não é despropositado apontar os elementos analógicos entre o exemplo e a história mundial contemporânea, englobando o Brasil, dadas a presumida comprovação do caráter de verdade de imemoriais sandices — a da existência, por exemplo, de espectral e infalível entidade trans-humana, o mercado — e a ressurreição de múmias professorais, transfiguradas em profetas do inevitável. Ao fim e ao cabo eles estariam certos, não fora a imperiosa causalidade que prevê, no devido tempo, soluções naturais para qualquer problema, emprestando a associações contingentes a fantasia do visionarismo científico.

A outra raiz da implacabilidade das duas proposições iniciais revela-se na tese de que, em assuntos humanos, nunca é possível fazer somente

(3) Cf. Hicks, John. "The unification of macroeconomics". In: Vercelli, Alessandra and Dimitri, Nicola (eds.). *Macroeconomics — A survey of research strategies*. New York: Oxford Univ. Press, 1992; Minsky, Hyman P. *John Maynard Keynes*. Columbia Univ. Press, 1975 (reprinted 1993 by Antony Kowe Ltd.).

mais do mesmo. Assim como a adição de um a um se converte em dois, ou onze, a reiterada execução dos mesmos gestos e rituais transforma lentamente, para subitamente explodir, o mesmo em outro. Até porque só em aparência o *mesmo* é o *mesmo*. Uma economia com uma taxa inflacionária de 1,0% a.a., por cinco anos consecutivos, não será a mesma economia cinco anos depois. Ela será, a cada ano, uma economia que obteve 1,0% de inflação no ano anterior. Quais são as mudanças marginais, de que magnitude e em que sentido? — eis algumas perguntas para as quais as melhores respostas serão abstratas e imprecisas. Na verdade, os grandes agregados econômicos e sociais estão sempre, de alguma forma, desalinha-dos, sendo inescapável fingir que não estão, ou que estão de maneira específica, para que as decisões possam ser tomadas. Contudo, perseverar no mesmo, quando é o caso, não garante estabilidade de resultados por extrapolação de causalidades locais. Por isso, até mesmo o sucesso de uma política socioeconômica acaba por esfarelar-se a partir do momento em que *aquele* mundo já não o é mais. Ou seja, garanta-se tempo e o virtuoso se transformará em devasso.

Admitindo a implacabilidade das proposições fundamentais, convém contrastar conceitos e processos em um mundo, como o nosso, pouco linear.

## I

Ao cabo de dezoito anos no exercício do poder, de dismantelar e recuperar a economia nacional, de interromper aparente decadência da Inglaterra na estratificação internacional, restabelecendo-a como respeitável competidora na União Européia, os conservadores experimentaram, ao início de 1997, a mais contundente derrota em mais de século, cedendo aos trabalhistas cerca de 64% das cadeiras no Parlamento. De outro lado, ao final de bem-sucedido experimento "welfarista", após cinquenta anos de políticas "antilaissezfairianas", sugere-se a tese de que, a serem verdadeiras as críticas ao liberalismo radical que apontam para o caráter ficcional do "puro mercado concorrencial", sem externalidades, o intervencionismo estatal ter-se-ia paradoxalmente revelado eficaz instrumento para promoção do "mercado" a realidade socioeconômica, ao mesmo tempo que "falhas do governo" substituem as anteriores "falhas do mercado". Se o interesse comum de poucos estimula a solidariedade, a multiplicação do número de interessados produz, parece, o egocentrismo, enquanto, por outro lado, aqueles que mais enriquecem são os mais cuidadosos com seus gastos, ao contrário da inclinação perdulária dos mais pobres. A "corrida de Alice" deixou de ser uma fantasia ao se demonstrar que a manutenção do *status quo* exige considerável investimento. Atributos secularmente naturais como "raça" e "sexo" convertem-se em objeto de disputa semântica com implicações sociais de razoável magnitude. É quase certo que abundante quantidade de moeda em circula-

ção acelerada provoque inflação, mas não fica simetricamente assegurada a estabilidade monetária se se diminuem quantidade e velocidade de circulação do dinheiro. Afinal, que estranho mundo é esse?

Segundo consta, o nosso, mas não o do Marquês de Condorcet ou o de Adam Smith. O desencantamento do mundo de que se lamentava Weber (na primeira metade do século XX) só se está realizando, radicalmente, agora, ao início do século XXI. No que concerne ao mundo social, nem tanto pelo "*fin des certitudes*", apontado por Ilya Prigogine, muito menos pelo fim da história, ao contrário, mas pela desestabilização do "objeto" a ser conhecido, isto é, pela desestabilização do próprio mundo. Aparente desordem brota sem cessar onde reinava a previsibilidade, não faz muito. Eleições "críticas" tornaram-se "normais", impérios se desagregam sem conflitos internacionais, relações estáveis surgem como que espontaneamente. Saber é fazer — Vico tem, finalmente, razão —, mas de que materiais são feitos os mundos sociais possíveis? De que materiais, isto é, de que processos? Assim como a astronomia aristotélica ficou, de repente, sem objeto, a sociologia, a política e a economia "newtonianas" ficaram, contemporaneamente, sem o seu. As próprias fatias, gomos, patamares, departamentos do tradicional conhecimento social esvaziaram-se de sentido, estando sua capacidade de predição reduzida a muito pouco. Antes de prever, e mesmo antes de explicar, os impasses contemporâneos das disciplinas sociais obrigam a um remapeamento do objeto sobre que discorrem. Trata-se de conhecer o quê?

Bem, trata-se de entender trajetórias que atingem estados de criticalidade (*criticality states*), equilíbrios descontínuos (*punctuated equilibria*), percursos rota-dependentes (*path-dependents*), alguns também "encarcerados" (*locked-in*), períodos de "êxtase" (*stasis*) e complexidades auto-organizadas. O sentido manifesto da frase esconde, contudo, a diversidade que caracteriza a utilização dos conceitos, separadamente ou em conjunto, por profissionais de formações bastante distintas. Por razões várias, opto aqui por esclarecer meu entendimento de alguns dos conceitos, roçando em problemas de crucial relevância na explicação de fenômenos sociais.

Estado de criticalidade indica a circunvizinhança de um ponto de equilíbrio situado a minúscula diferença de um equilíbrio antecedente e a igualmente minúscula distância de uma catástrofe, isto é, do esvaecimento dos parâmetros do equilíbrio crítico. Se assim é, não se identifica ao conceito de equilíbrio descontínuo, pois este não privilegia qualquer ponto ou circunvizinhança de um ponto, referindo-se antes ao atributo de um processo no qual são inseparáveis os períodos de estabilidade (êxtase), interrompidos por explosões ou interrupções, às quais podem ou não seguir-se outros equilíbrios ou dissipações caóticas. Um estado de criticalidade se instala justamente na interface do equilíbrio antecedente e da explosão, mas somente se o processo inteiro se caracteriza por estar sujeito a equilíbrios descontínuos.

Não estou persuadido de que *todos* os processos relevantes, naturais ou sociais, estejam submetidos a equilíbrios potencialmente descontínuos, com

desenlaces equivalentes, e, sobretudo, que, em todos os casos de equilíbrio descontínuo, o estado de criticalidade se auto-organize. Com efeito, o comportamento político mais comum consiste precisamente em tentar prevenir a emergência de criticalidades, mesmo quando se admite que o resultado agregado produza a multiplicação de estados subótimos. Tome-se a competição eleitoral-partidária. Dada a premissa de que um governo será tanto mais eficaz quanto maior for seu apoio eleitoral-parlamentar, segue-se daí que o estado ótimo (de criticalidade) seja a conquista de 100% de cadeiras no Parlamento? Supondo que o consiga, qual a *evolução* possível nesse sistema? Nenhuma; neste caso, obter-se-ia precisamente o tipo de equilíbrio a que Bak denomina "tedioso", sem movimento ou mudança significativa.

É possível interpretar o iluminismo de Adam Ferguson, compactado no adágio de que as instituições são fruto da ação, mas não do desígnio humano, em sentido radicalmente distinto do espontaneísmo hayekiano. Por certo que o resultado da interação sociopolítica não corresponde ao que cada um dos agentes desejava *positivamente*, mas isto não significa que não possa ser uma das alternativas possíveis (embora imprevisíveis) àquilo que os *agentes* não desejavam. Paradoxalmente, o resultado da ação, mesmo surpreendente, pode corresponder a um desígnio negativo dos agentes, justamente o desígnio de evitar a criticalidade.

Agentes humanos não se submetem, inconscientemente, a equilíbrios descontínuos, e não se submetem porque aprendem. Aprender, aqui, não é utilizado em sentido metafórico, tal como o fazem os naturalistas (físicos e outros), mas no de Kenneth Arrow, isto é, quando o conteúdo do aprendizado é transmissível e reproduzível. Atores sociais, ou sistemas políticos, não são *taxa* (tipos, espécies) cujo comportamento resulte de seleção natural. A "memória" de um grão de areia não é igual à memória de um político, e quando este experimenta novas estratégias, não o faz sem saber o que está fazendo, mas por antecipação do que venha a ser o impacto causal da inovação. A incorporação de futuros possíveis nos mecanismos de decisões contemporâneas se fez, sem dúvida, por seletividade — seletividade, contudo, que nada tem de natural; antes, é puro artifício.

Estados de criticalidade que se auto-organizam — e que dão lugar a descontinuidades explosivas — só ocorrem, em matéria social, apesar da oposição dos indivíduos. Nesse sentido, nada têm de *espontâneos*, mas inesperadamente *constrangedores*. Da imprevisibilidade do futuro não se segue que o futuro se organiza a si mesmo, menos ainda que explosões de criticalidade encontrem novo ponto de equilíbrio por endogenia natural. Guerras, competições, crises econômicas terminam mediante decisões humanas, não obstante o "equilíbrio" produzido não corresponda necessariamente ao estado que se buscava. Mas o estado de não-guerra era o desígnio causal relevante, mais do que a paz *x* ou a paz *y*.

A história é surpreendente, mas a não-história já não o é tanto. É possível às vezes evitar o que não se deseja, e, às vezes, não se deseja o ótimo. Não é possível evitar a história, mas é possível evitar histórias possíveis. O conceito de rota-dependência implica justamente a hecatombe



de ex-histórias possíveis. Este é seu caráter libertário, não transparente na literatura. Se a decisão  $x$  afasta a possibilidade de uma ocorrência  $y$ , eventualmente desejável, talvez seja este o custo de abortar a ocorrência  $z$ , mais indesejável do que  $y$  era desejável. Observe-se, em contraste à aridez destas reflexões, um megaprocesso real<sup>4</sup>.

## II

O conceito de globalização é polissêmico; vários artigos e pelo menos um volume inteiro foram escritos, até agora, somente com o objetivo de fixar uma definição clara e logicamente consistente. Respeitando as nuances que cada investigador considera essencial à sua definição, e as divergências nada irrelevantes de interpretação das evidências, existe pequeno conjunto de proposições aceitas pelos especialistas e que constituem o denominador comum das investigações. Sucintamente, seriam as seguintes:

i) Além de qualquer outra coisa que *globalização* queira significar, o fenômeno diz respeito à estratificação internacional dos países, no presente, e prognósticos sobre o que provavelmente ocorrerá em futuro próximo. Não é, por certo, devido a fútil preciosismo analítico que instituições tais como o Banco Mundial, o FMI, a OIT e a OECD produzem regularmente enorme quantidade de informações sobre o estado do mundo. Também não será por esporte botânico que os técnicos graduados dessas instituições aperfeiçoam continuamente métodos de coleta das informações, bem como refinam critérios de classificação dos países. Pois não é fácil classificá-los, se se levam em consideração mais do que três ou quatro indicadores. Por exemplo: existe evidente comunalidade entre um grupo de países de baixa renda (variando nos intervalos estabelecidos pelo Banco Mundial) no que diz respeito, além do baixo PIB *per capita*, a expectativa de vida, porcentagem (elevadíssima) da população economicamente ativa ocupada no setor *primário* e reduzido consumo anual de energia *per capita*. No extremo oposto, o dos países de alta renda, também se assemelham (em total oposição ao primeiro grupo de países) a média da expectativa de vida, a porcentagem da PEA ocupada no setor *terciário* e o elevado consumo anual de energia *per capita*. Se, entretanto, introduzimos outros critérios — por exemplo, índice de Gini como medida de desigualdade e oportunidades de educação, por sexo —, a classificação já se torna mais complexa; por isso que os países mais pobres são menos desiguais na pobreza do que os ricos o são na riqueza. Do mesmo modo, as oportunidades educacionais são reduzidas em países pobres, mas não discriminam sexo, algo patente nos países em que a oferta de educação é abundante. A estratificação internacional resulta de interseção de vários eixos e não é fácil identificar tipologias e políticas que os compreendam satisfatoriamente.

ii) Prognósticos sobre futura estratificação internacional beneficiam-se de investigações históricas de longo prazo que apontam para algumas

(4) Para maior familiaridade com os conceitos em migração para as ciências sociais, ver: Turt, Patrick (dir.), *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*. Paris: PUF, 1996 (3 vols.); Gazzaniga, Michael S. (ed), *The cognitive neurosciences*. The MIT Press, 1997 (parte X, "Evolutionary perspectives", pp. 1.181-1.291); Runciman, W. G. and Smith, M. (eds.), *Evolution of social behavior patterns in primates and man*. Oxford Univ. Press, 1996; Hirschfeld, Lawrence and Gelman, Susan (eds.), *Mapping the mind*. Cambridge Univ. Press, 1994; Boudon, Raymond, Bouvier, Alban and Chazel, François (eds.), *Cognition et sciences sociales*. Paris: PUF, 1997; Krugman, Paul. *The self-organizing economy*. Blackwell, 1996; Bak, Per. *How nature works — The science of self-organized criticality*. Oxford Univ. Press, 1997; Arrow, Kenneth. "Methodological individualism and social knowledge". *The American Economic Review*, 84(2), may 1994.

recorrências: haveria, desde o século XVI, para não recuar demais, e marcado pela revolução comercial (incorporação de regiões do globo às transações internacionais, exploração de metais preciosos no Novo Mundo, enriquecimento e diversificação alimentar na Europa, via comércio com o Oriente e exploração das Américas, substanciais transformações nas técnicas de navegação, no desenho náutico e nos instrumentos de observação e medida), haveria desde o século XVI, portanto, sucessivos ciclos de produtividade e crescimento econômicos, não obstante oscilações ao longo de cada um deles, claramente caracterizados pelo fato de que a retomada de novo ciclo nunca se fazia a partir do ponto mais baixo do anterior, mas em patamar superior, mais ou menos em torno da média do ciclo antecedente. Assim, seria possível ajustar uma reta passando pela média de cada ciclo, revelando a tendência ascendente do processo global. A segunda característica consistiria no fato de que, quanto à *estratificação internacional*, os países líderes de cada ciclo sempre foram diferentes dos que lideraram o ciclo anterior, apontando para uma espécie de renovação inevitável na liderança do crescimento e produtividade mundiais e, ao mesmo tempo, possível irreversibilidade do processo de decadência. Isto não significa que os países líderes em um ciclo se tornem necessariamente miseráveis no ciclo seguinte, mas que decaem na estratificação de riqueza relativa. Historicamente, a evidência para este ponto encontrar-se-ia na ascensão e queda de Portugal, seguida do que ocorreu com as cidades hanseáticas e italianas, substituídas estas pela Inglaterra, constituindo a Revolução Industrial outro salto espetacular no patamar inicial e na taxa de crescimento que a ela se seguiram, vindo depois os Estados Unidos, agora sob suposta ameaça do Japão.

iii) A explicação para a renovação das lideranças parece encontrar-se no próprio sucesso dos líderes. Ter sucesso significava instalar-se à frente de um sistema produtivo cada vez mais exigente em termos de recursos, e menos ágil para ajustamentos a inovações, quanto mais complexa tornava-se a tecnologia de produção. Não é difícil deixar de produzir armas e iniciar a produção do que, então, constituía revolucionária inovação, as máquinas de escrever — que foi o caso justamente da mais famosa, a Remington Rand. Também não era excessivamente custoso, em recursos físicos e humanos, substituir as históricas *type-writing machines* por *electric machines* — inovação, por assim dizer, incremental. Já a passagem de *x-machines* para *computers* não implica mudança incremental, mas mudança de padrão. Quanto mais rápida a difusão de novos padrões produtivos, mais difícil o reajuste dos que estavam na dianteira dos padrões anteriores. Paradoxalmente, a cada ciclo evolutivo existiria uma vantagem comparativa no atraso, permitindo que países *followers* ultrapassassem os líderes na taxa de crescimento e de produtividade, levando ao *catch-up* e à ultrapassagem. Cada país líder percorreria, portanto, trajetórias logísticas similares, em patamares sucessivamente superiores.

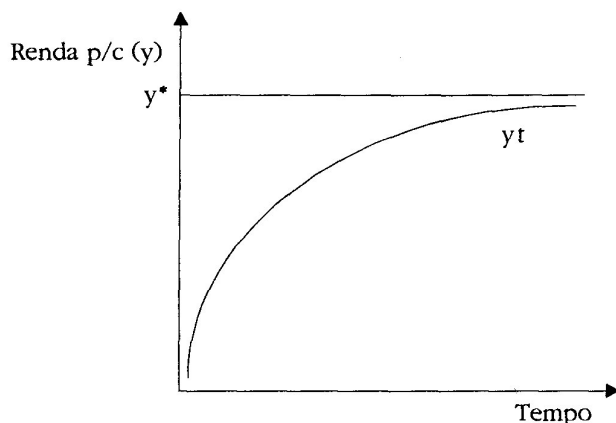
Produtivas controvérsias sobre a duração dos ciclos longos, e de eventuais ondas neles embutidas, têm propiciado a geração de importantes séries estatísticas, assim como regularidades que só se revelam justamente

em mega-escalas temporais, em exorbitante número de repetições de experimentos ou em simulações do infinitamente minúsculo. Portanto, foram necessários séculos para que o próprio fenômeno dos ciclos *longos* pudesse ser identificado. Da mesma forma, a substituição de Portugal e das cidades hanseáticas pela Inglaterra na liderança da acumulação de riquezas, da inovação tecnológica e da produtividade só mais recentemente pode ser interpretada como evidência cumulativa a favor da hipótese de que o processo histórico mundial se assemelha mais a trajetórias logísticas do que a sucessões ingenuamente aditivas. Como de costume, rapidamente verificou-se que o padrão logístico (as curvas S) manifestava-se em múltiplos fenômenos, entre os quais os relativos auge e decadência das nações líderes reduziram-se a casos particulares<sup>5</sup>.

A probabilidade de eventual *catch-up* e ultrapassagem não é, contudo, aleatoriamente distribuída entre os países retardatários. Embora certo atraso relativo constitua vantagem, a possibilidade de enveredar por novos padrões produtivos depende do cacife inicial por eles exigido e, conseqüentemente, nem todos os países seguidores pertencem ao subconjunto dos que podem candidatar-se ao *catch-up* e à ultrapassagem<sup>6</sup>.

De um modo geral, os estudos sobre globalização privilegiam sobretudo o ponto de partida econômico dos países (renda *per capita*), dotação de fatores e, quando muito, o conceito algo vago de "*social capabilities*" para explicar o sucesso ou o fracasso de alguns nesta maratona histórica. A incorporação sistemática de variáveis institucionais é relativamente recente, mas de crucial importância para o entendimento das curvas S. Não seriam apenas razões de comprometimento com específico sistema produtivo que tornariam mais lento o ritmo de adaptação de ex-líderes a horizontes tecnológicos emergentes — permitindo a alguns atrasados o *catch-up* e a ultrapassagem —, mas congelamentos institucionais também contribuiriam para estabelecer fronteiras à acumulação material, não obstante oportunidades de inovação tecnológica. Considere-se o gráfico 1.

Gráfico 1



(5) A importância do padrão logístico em economia é enfaticamente destacada em Klindtberger, Charles. *World economic primacy. 1500-1990*. Oxford Univ. Press, 1996 (especialmente cap. 2) e Cameron, Rondo. *A concise economic history of the World*. Oxford Univ. Press, 1997. Diversos modelos de ciclo — Kondratiev, Braudel, Kuznets, Wallerstein, Modelski, Elliot, entre outros — encontram-se bem expostos em Berry, Brian J. L. *Long-wave rhythms in economic development & political behavior*. The Johns Hopkins Univ. Press, 1991.

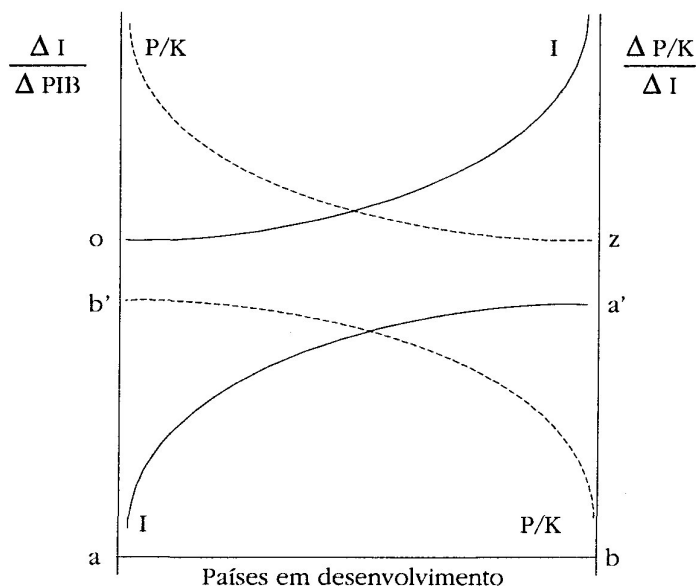
(6) Não obstante a volumosa e controversa literatura sobre globalização, é possível identificar este conjunto de proposições como algo compreendido pelo conceito de "modelo ortodoxo de globalização". Referência à literatura e outras considerações sobre o modelo encontram-se em Santos, Wanderley G. dos. *Globalização: Convergências e exclusões*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1997.

Por hipótese, fixado um sistema de regras constitucionais, a possibilidade de aumentar a renda *per capita* via adaptação tecnológica estaria limitada ao máximo superior  $y^*$ , por razões de natureza institucional (leis de patente, ambientalistas etc.). Assim, a corrida de obstáculos com que se deparam os países retardatários inclui requisitos de adaptação institucional, tão difíceis de atender, computados custos e benefícios individuais, quanto as exigências de poupança, investimento e inovação tecnológica.

Na realidade, mesmo quando os obstáculos institucionais são facilmente removíveis, não se torna automaticamente exequível que países atrasados venham a alcançar os líderes. A magnitude do hiato entre os dois grupos de países pode ser de tal ordem que, aceita a hipótese de um limite superior não-catastrófico à capacidade de poupança e investimento de qualquer país e de um limite inferior igualmente não-catastrófico para a redução na velocidade de crescimento dos países que já estão na ponta, seja concebível que as curvas do máximo de velocidade dos países atrasados e do mínimo de velocidade dos líderes não venham a se cruzar naturalmente. O gráfico 2 exprime tal possibilidade.

**Gráfico 2**

Um modelo estacionário de hierarquia internacional  
Países desenvolvidos



PIB - Produto Interno Bruto; I - investimento; K - capital; P - produtividade.

Assim, o desenlace da maratona passa a depender das condições iniciais dos países atrasados, de condições institucionais e, crucialmente, *da magnitude da distância já estabelecida entre líderes e seguidores*<sup>7</sup>.

O modelo predominante de globalização, justo descrito, exhibe à perfeição as propriedades características dos objetos de conhecimento revelados contemporaneamente. A evidência de evolução por patamares aponta para a natureza de "equilíbrio descontínuo" e de retornos crescentes à escala dos processos evolutivos. A dificuldade de ajustamento de um sistema produtivo maduro à difusão de inovação indica, ao mesmo tempo, a exigência de compatibilidades tecnológicas (conectividades), a natureza "encarcerável" de alguns processos macrosociais (e, talvez, não apenas sociais), assim como sua condição de "rota-dependente" (*path-dependent*). Por fim, as conseqüências profundamente divergentes de processos similares, dadas variações nas condições iniciais, fornecem um simulacro de experimento para verificação das variações nos efeitos como função de alteração nas causas. Ao que parece, às variações nas causas *não* correspondem variações proporcionais nos efeitos.

É inegável que o mundo é, hoje, definitivamente interdependente e assimétrico: o que ocorre em qualquer parte do mundo repercute praticamente em todas as demais, porém não com a mesma intensidade, sobretudo quando se inverte a direção da causalidade. Em outras palavras, variação na taxa de inflação brasileira repercute com mais intensidade nos demais países do Mercosul do que nos Estados Unidos ou no Japão. Já variação na taxa da inflação americana produz efeitos muito mais significativos no Brasil e no resto do mundo. *Interdependente e assimétrico*, o sistema mundial está exposto a equilíbrios descontínuos (saltos nos padrões de produção e consumo) que instauram tanto rendimentos crescentes à escala quanto exigências inesperadas de *conectividades*, as quais, por sua vez, revelam o caráter *não-ergódico, rota-dependente e encarcerável* do processo evolutivo.

Parte ainda não completamente identificada dos problemas teóricos das ciências sociais caracteriza-se pelas propriedades acima descritas. Assim sendo, o estoque disponível de instrumental de pesquisa e análise é insatisfatório, quando não inapropriado. Modelos estatísticos que pressupõem uma ontologia do contínuo são claramente deficientes para acomodar e interpretar fenômenos com tais propriedades. Igualmente, quando se trata de processos *evolutivos*, as suposições de modelos estocásticos *absorventes* são desaconselháveis, pois os estudos de ciclos longos revelam justamente o caráter *não-estacionário* da evolução, não obstante a estagnação relativa de algumas espécies (países). Finalmente, o consenso semântico sobre o conceito de *tendência* como significando movimento *em direção* a alguma coisa pré-percebida (democracia, afluências etc.) deve ser qualificado. É perfeitamente possível descobrir *estados* diferentes, com padrões internos semelhantes, e *independentes ex-ante*, que parecem, todavia, seqüências probabilisticamente extrapoláveis (ver, adiante, a evolução do problema da desigualdade). Nem sempre, aliás raramente, é

(7) O tema da relevância das condições iniciais é recorrente na literatura; o gráfico sobre "tetos institucionais" foi adaptado de Scully, Gerald. *Constitutional environments and economic growth*. Princeton Univ. Press, 1992, cap. 4; o gráfico sobre os limites impostos pela magnitude da diferença entre ricos e pobres encontra-se em Santos, Wanderley. G. dos. *Razões da desordem*, Rocco, 1993, cap. 4.

o caso. Como já se disse, lá pelos 1870, ou, acrescento aqui, lá pelos 1900, ninguém poderia demonstrar a necessidade do auge e decadência ingleses, a abulia histórica da Argentina ou a surpreendente maturidade japonesa. Velhos problemas e novas escalas exigem tecnologias conectivamente apropriadas.

### III

O breve resumo de questões metodológicas, epistemológicas e ontológicas representa o resultado da convergência de avanços aleatórios em todas as disciplinas institucionalizadas e que, desde logo, muito mais do que desconhecerem as fronteiras burocráticas impostas pela pretérita divisão social do conhecimento, fez com que este mesmo processo de divisão de trabalho viesse a pôr em dúvida pressupostos bastante vetustos: o da diferença essencial entre ciências do comportamento e ciências da natureza, os limites "físicos" em que se supunham verdadeiras as proposições cientificamente aceitas (o Estado-nação, no caso das disciplinas sociais; o limitado universo conhecido das ciências da natureza), a transformação de curiosidades intelectuais (lógicas paraconsistentes e lógicas intencionais; a elaboração de utopias e cenários alternativos) em ingredientes efetivos e contemporâneos do conhecimento atual.

A complexidade da investigação científica hodierna ultrapassa de muito as três questões principais sublinhadas pelo relatório Gulbenkian: melhor apreciação da validade da distinção ontológica entre seres humanos e natureza, definição mais abrangente das fronteiras nas quais a ação social se desenrola e apropriado equilíbrio entre universalismo e particularismo. De outro lado, acerta o relatório ao enfatizar que, embora experimentação e heterodoxia sejam saudáveis e desejáveis, a liberdade em relação aos constrangedores cânones institucionalizados não significa licenciosidade e complacência ilimitadas. Mais precisamente: *"What we do not accept is that social science is therefore to be reduced to a miscellany of private views, each equally valid"*<sup>8</sup>. A observação é procedente e merece rápido comentário.

Em períodos de mudança de paradigma, que ocorrem de modo diferente do que se presume, é indispensável garantir, mais do que o direito, condições efetivas de experimentalismos plurais. Pluralismo, portanto, em domínio científico constitui valor tão caro quanto em política — é condição necessária para o avanço do conhecimento. Não obstante, há que se manter o cuidado indispensável para que a própria idéia de experimento não se deturpe. É indispensável deixar claro que, muitas vezes, "pluralismo" não passa de sinônimo para a dança dos dois véus: o véu da inércia intelectual e o véu da ignorância. O conformismo com o já conhecido e o temor ao desconhecido propiciam satisfação com o saber inercial, de onde inevitável aumento de ignorância, inclusive do relativo grau da ignorância ela mesma

(8) Mudimbe, V. Y. (ed.). *Open the social sciences — Report of the Gulbenkian Commission on the restructuring of the social sciences*. Stanford Univ. Press, 1996, p. 92.

— além do desconhecimento do que há de novo para aprender, perde-se a noção de que, em cada momento, se é, em alguma medida, ignorante. Nesse caso, "pluralismo" substitui o oposto da humilde ignorância pascaliana, aquela que se reconhecia como tal, e passa a representar, equivocadamente, o máximo possível a conhecer.

A agenda de questões efetivas não é simples: como conciliar a hipótese de que fenômenos são rota-dependentes com a de que não sejam, necessariamente, encarceráveis? Ou a evidência do axioma da conectividade com o princípio da contingência embutido no conceito de efeitos inesperados? Se a historiografia sustenta-se em contrafactuais (dificuldade epistemológica só recentemente percebida pelas disciplinas históricas ou historizantes), como estabelecer *ex-ante* os limites do conjunto finito de futuros possíveis? Se o tempo futuro é ingrediente do sistema causal de ações contemporâneas (de onde a relevância da *utopia*, da *retórica* como estudo sistemático do silogismo entimêmico, das "humanidades" enfim), como admitir a existência de "equilíbrios" em qualquer interação estratégica, e qual o valor da demonstração de que é possível que algo seja impossível? A fertilização interdisciplinar não deve ser antecipada como simples *adição* de instrumental já pronto e acabado ao estoque convencional de alguma disciplina. O próprio instrumental, por mais sólido que tenha sido até então, deverá admitir que problemas não solucionáveis por ele não são *meaningless* ou que constituam descartáveis anomalias.

Bom número de questões nas disciplinas sociais tem sido desprezado por se encontrar no extremo da cauda de uma distribuição. Se um modelo estatístico aditivo é capaz de dar conta de 95% da variação de um fenômeno, por que ocupar-se dos 5% restantes? Durante anos esta pergunta encapsulava a própria resposta, mas não hoje. Se os casos desviantes, seja lá de que modelo for, que trate de estabilidade política e desenvolvimento econômico, forem, por exemplo, Brasil e Índia (que são, de fato, desviantes em qualquer modelo conhecido), impõe-se buscar outro modelo, não descartar os desvios. Na realidade, são considerações desta ordem que justificam o acréscimo de modelos combinatórios (incorporando a álgebra booliana, por exemplo, em análise comparada) aos modelos aditivos já estabelecidos.

O desafio das anomalias põe em relevo matéria de significação mais geral: a da investigação de fenômenos que são identificados mediante elevado número de variáveis, mas compondo conjunto de pequeno número de casos. Referido alternativamente como "*many variables, few cases*" ou "*Small Ns and big conclusions problem*", está em discussão a aplicabilidade da metodologia de análise comparativa derivada de Stuart Mill, um dos sustentáculos epistemológicos ainda vigentes nos estudos contemporâneos. As limitações do método no tratamento de questões de extrema importância são evidentes. Por exemplo: por que, entre os envolvidos no primeiro conflito mundial do século, alguns permaneceram democráticos, enquanto outros sofreram recaídas autoritárias, tendo por desenlace a II Grande

Guerra? Assim como as excepcionalidades brasileira e indiana, as trajetórias divergentes depois da I Guerra Mundial de Inglaterra e Estados Unidos, de um lado, e Itália e Alemanha, de outro, pertencem a um conjunto de fenômenos cuja relevância não pode ser menosprezada. Ignorá-la, ou tratá-la como anomalia, desacredita a capacidade das ciências sociais de enfrentar fenômenos não ajustáveis ao automatismo da estatística consagrada<sup>9</sup>.

Crucial, para não considerar todas as questões, é a ressurreição do problema do "progresso". Ao se falar em tendência, com base em série regular de evidências, o que em verdade se quer designar? Um processo teleológico cujo fim pode ser antecipado por extrapolação de tendência? Ou apenas oscilações nas variações de um processo evolutivo se não totalmente cego (tecido pelo "*blind watchmaker*" de Richard Dawkins) pelo menos impreciso em seus equilíbrios descontínuos (como advoga Stephen J. Gould)? O sentido da marcha da humanidade é, outra vez, uma questão do dia, e com ela recorrem os temas do livre-arbítrio, da objetividade do conhecimento, dos limites demiúrgicos da engenharia social e da inserção da ética, por um lado, e do irracional, por outro, na explicação e compreensão dos fenômenos sociais.

Para terminar este esboço de agenda, pequeno desafio: não estou convencido de que a teoria do caos tenha, *ainda*, qualquer papel relevante a desempenhar no esforço de fertilização cruzada das ciências do comportamento. Seus supostos são muito exigentes e seus resultados de sintonia demasiadamente fina para a obtusidade das evidências com que trabalham os cientistas sociais, dados os instrumentos de coleta disponíveis. São, acredito, hipóteses inverificáveis, senão em suas implicações mais triviais. Ademais, "caos" representa infeliz caso de designação conceitual, pois a maioria dos estudos sobre a matéria o que busca é exatamente demonstrar que a aparente anarquia de fenômenos caóticos pode ser reduzida a relações funcionais quase-determinísticas. Neste particular, os teóricos da "complexidade" são bem mais tolerantes com relação a propriedades emergentes e *imprevisíveis*, além de explorarem mais sistematicamente o impacto da contingência na evolução de processos naturais e sociais. Grande avanço já se conseguirá com a absorção, pelas disciplinas sociais, de rudimentos de lógica modal, dos princípios da probabilidade condicional, da análise combinatória e das álgebras booliana e matricial. Com tal equipamento será possível tratar processos sociais como de fato são: rotadependentes, porém não-encarceráveis.

#### IV

Em outra volta do parafuso, retomem-se processos sociopolíticos substantivos como possíveis manifestações empíricas das propriedades formais enunciadas. Se o modelo ortodoxo de globalização permitiu sustentar a hipótese da existência destas últimas, em complemento às

(9) Talvez se possa datar o início da controvérsia metodológica pela publicação do artigo de Stanley Lieberman ("Small N's and big conclusions", *Social Forces*, 70(2), dec. 1991), não obstante sua postura iconoclasta da ortodoxia já estar claramente exposta em *Making it count* (Univ. of California Press, 1985). Parte da polêmica pode ser recuperada por meio das referências bibliográficas do mesmo autor, acompanhando "More on the uneasy case for using Mill-type methods in Small-N's comparative studies" (*Social Forces*, 72(4), jun. 1994). Paralelamente, Charles Uagin vinha sugerindo, e utilizando, a aplicação da álgebra booliana como solução teórico-metodológica para questões similares (por exemplo, *The comparative method*. Univ. of California Press, 1987). A fertilidade da proposta pode ser aferida pela quantidade de investigações boolianamente orientadas, recuperáveis nos artigos de Dirk Berg-Schlosser e Gisèle De Meur: "Conditions of democracy in interwar Europe" (*Comparative Politics*, 26(3), apr. 1994), "Comparing political systems: Establishing similarities and dissimilarities" (*European Journal of Political Research*, 24(2), sept. 1994) e "Conditions of authoritarianism, fascism, and democracy in interwar Europe" (*Comparative Political Studies*, 29(4), aug. 1996). Tratamento mais extenso das vantagens e limitações da metodologia derivada de Stuart Mill encontra-se em Neuberg, L. G. *Conceptual anomalies in economics and statistics*, Cambridge Univ. Press, 1989).



hipóteses correntes nas ciências sociais, exemplos mais diversificados e pormenorizados justificarão a procedência das sugestões metodológicas e epistemológicas apresentadas.

Se a menção ao velho provérbio de que "a natureza não dá saltos" vier a despertar lembranças de debate aparentemente defunto, será conveniente atentar para a evidência de que ele não está de modo algum superado. Ao contrário, investigar as propriedades catastróficas de processos naturais e sociais reclama crescente cuidado de paleontólogos, matemáticos, neurobiologistas e cientistas políticos. Se me permitem, trata-se de retomar a hipótese da dialética da negatividade, sob nova designação, e omitindo-se a má reputação que lhe foi legada por Engels ("lei da transformação da quantidade em qualidade"). Natureza, cultura e sociedade não apenas caminham como dão saltos, por certo, inclusive no escuro, isto é, no escuro de nossa ignorância.

Tome-se o fenômeno da hiperinflação. Não há exemplo de descontrole hiperinflacionário sem antecedentes períodos de inflação incremental. Daí, inclusive, o temor de todos os governos, em face da exasperação de preços, de que a tendência venha a explodir. É pouco freqüente que tal descontrole ocorra e, por isso, não é *necessário* que a um processo inflacionário incremental se siga um período hiperinflacionário. Mas é *impossível* que um processo hiperinflacionário venha emergir imediatamente de uma situação de estabilidade monetária. O fenômeno da hiperinflação resulta de ruptura em processos de equilíbrios inflacionários inerciais.

Há várias maneiras de transformar processos inflacionários em exemplos de equilíbrios inerciais, sendo a indexação de preços e salários o mais eficaz mecanismo indutor de equilíbrio em tais contextos. Embutida no mecanismo, entretanto, encontra-se a fatalidade de que o equilíbrio seja alcançado a patamares de preços superiores, de modo que, obscurecida pelo equilíbrio nominal, processa-se lenta desorganização no sistema de preços relativos, estimulada e garantida pela expectativa da indexação, equilíbrio legalmente imposto ou sibilinamente instalado mediante disfarce. Por exemplo: o fim da indexação legal no Brasil não tornou o governo ausente da fixação dos salários, uma vez que ainda detém o recurso de determinar o valor do salário mínimo e aproximadamente 60% da população economicamente ativa percebe até três salários mínimos. Ao extinguir o mecanismo da indexação o governo preservou o monopólio de estabelecer arbitrariamente a margem de variação da massa salarial do país, independentemente da variação nos preços e no valor real da moeda. De onde o expediente eficaz no curto prazo, embora suicida como projeto, de controlar a inflação administrando perfis alternativos de consumo (auxiliado pela política cambial) e inteiramente omissos em face da estagnação sustentada das taxas de poupança e investimento.

A hipótese de processos inerciais de inflação é conhecida, mas não se admite que a suposição de que existe uma *tendência inflacionária incremental* possa ser falsa. Não obstante, algumas interrogações exigem reconsideração desse suposto: não passando o conceito de inflação zero de

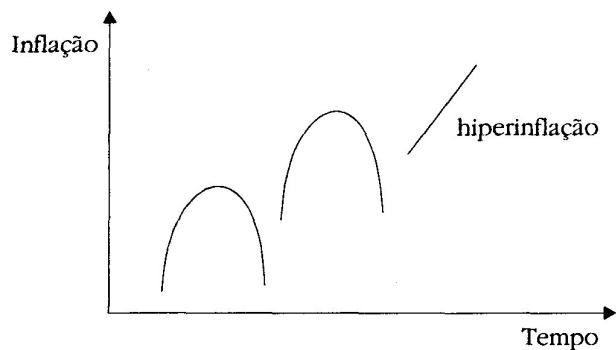
constructo teórico, por que *o patamar de variação* de preços denominado estabilidade monetária não é o mesmo em todos os países considerados monetariamente estáveis? A partir da admissão de que a *superfície* do que existe pode ser denominada *above zero primary inflation*, por que taxas inflacionárias classificadas como moderadas, ou mesmo altas, conseguem assim permanecer por longo tempo, enquanto variam as taxas de emprego e de crescimento econômico *em casos singulares*?

Aceitam-se como fato natural as informações regulares de taxas inflacionárias baixas nos países de moeda estável, e igualmente se observa com naturalidade que elas são *regularmente diferentes*. Jornais e revistas difundem todos os números e, não obstante, não surpreendem. Ao acaso do exemplo, *The Economist* de 31/05/97 divulga que, em 1996, os preços ao consumidor aumentaram de 1,3% na Austrália, 1,7% no Canadá e Dinamarca, 2,4% na Grã-Bretanha e 2,5% nos Estados Unidos. Por quê? A metáfora de "estágios inflacionários" dificulta a percepção de que, *não existindo inflação zero*, torna-se relevante explicar a razão da diferença entre patamares inerciais de taxas primárias (*above zero level*) relativamente estáveis. Ademais, se estabilidade refere-se a limites na variação das taxas, processos de descontrole inflacionário implicam mudança nos limites de variação, agora superiores, mas que podem permanecer estáveis por longo período, sem que seja possível extrapolar taxas futuras somente a partir das variações presentes. Entre 1920 e 1924 a Alemanha apresentou taxa média mensal de inflação igual a 949%, tendo permanecido por quatro anos com taxas superiores a 100% ao ano, e Polônia, Áustria e Hungria por três anos<sup>10</sup>. Emergências hiperinflacionárias, por fim, não resultam de inevitável crescimento incremental de inflações moderadas ou altas ao fim de desconhecido número de anos (em verdade, as taxas podem regredir a patamares inferiores), *mas de desaparecimento do limite superior de variação da taxa*.

É a inexistência de limites à variação que produz a explosão exponencial nos preços e, por isso, processos hiperinflacionários são instáveis (não há intervalos regulares de variação) e de curta duração. Nenhum cálculo econômico é possível na ausência de parâmetros para a variação do valor da moeda, *em qualquer nível deste valor*, mas ele será perfeitamente exequível enquanto a inflação for inercial. A rigor, todo processo inflacionário, à exceção de períodos "hiper", é inercial no sentido de relativa estabilidade nos limites de variação das taxas, seja qual for o valor destas. Em outras palavras, mesmo uma inflação de 900% ao mês permite cálculo econômico, transações e contratos, desde que, por exemplo, torne-se claro que esta taxa oscila entre mais ou menos 20% ao mês. Não é a elevação da taxa, mas a abolição dos limites de variação que caracteriza um processo hiperinflacionário inviabilizando a sobrevivência do sistema econômico. Antes de falar-se em estágios aparentemente lineares de incrementos inflacionários, parece mais apropriado interpretar-se o fenômeno como *possíveis* sucessões de rupturas, uma das quais escapa aos mecanismos de contenção. Algo como a representação do *gráfico 3*, sem que a sucessão indique tendências endógenas naturais em nenhum momento do tempo.

(10) Bruno, Michael. *Crisis, Stabilization and economic reform*. Oxford Univ. Press, 1993, p. 5, tabela 1.3.

Gráfico 3



A literatura sobre processos rota-dependentes (*path-dependents*) padece da mesma vulnerabilidade que aflige conceitos recentemente incorporados às disciplinas sociais e originados em outras áreas do conhecimento. Assim como equilíbrio descontínuo (*punctuated equilibrium*), encarceramento (*to be locked-in*) e *não-ergodicidade* estão recebendo variados tratamentos semânticos, também o conceito de rota-dependência suscita, e pelo mesmo motivo, dificuldades essenciais: problemas de definição, de compatibilidade lógica com outros conceitos, de mensuração e de enumeração das propriedades que transformariam fatos empiricamente identificáveis em evidências da presença de processos rota-dependentes.

Equilíbrio descontínuo, por exemplo, é simplificadaamente descrito como um tipo de fenômeno dotado de estrutura profunda, estável (em equilíbrio), o que significa seletividade na absorção de mudanças e na incorporação de novos ingredientes constitutivos, e submetido a transformações abruptas. Corrente em estudos organizacionais, a explicação do conceito esclarece muito pouco em realidade. Possuir estruturas profundas não é monopólio de processos com equilíbrio descontínuo; qualquer processo individualizável, diferenciado de outros processos, possui uma estrutura profunda sem estar necessariamente sujeito a equilíbrios descontínuos. Processos de competição eleitoral-partidária possuem estrutura profunda — agentes e regras previsíveis de comportamento —, mas não está provado que estejam cativos de dinâmicas endógenas com desenlace revolucionário.

A propósito, o caráter revolucionário de equilíbrios descontínuos requer maior clareza: trata-se de referência à escala, à natureza ou ao desaparecimento do processo subvertido? Extinção de espécies biológicas tem sido apresentada como evidência de equilíbrio descontínuo, algo bastante diferente da transição de um estado de equilíbrio dinâmico para um estado caótico, e ambos distintos de mudança de escala. A dinâmica da

competição de um sistema bipartidário é substancialmente diversa da competição entre quatro partidos (mudança de 100% na escala), mas não parece apropriado sustentar que o sistema bipartidário foi extinto, pelo menos no sentido em que se sabe que os dinossauros o foram. Também não seria o caso de ruptura implicando transição de previsibilidade para imprevisibilidade, pois a dinâmica da competição bipartidária é relativamente tão previsível quanto a da multipartidária. Possivelmente, a definição inicial só progride na medida em que interpreta estabilidade como seleção de mudanças aceitáveis sem que se provoque precisamente a tal ruptura revolucionária. Mas esta qualificação já vem da paleobiologia, disciplina que deu origem ao conceito<sup>11</sup>.

Existe, contudo, uma espécie de consenso subliminar em tomo da premissa de que processos *rota-dependentes* são *não-ergódicos* e produzem *encarceramento*. Em outras palavras, processos *rota-dependentes* seriam trajetórias cujas causas antecedentes são pequenas variações nas condições iniciais do processo, trajetórias que se apresentariam substancialmente distintas na ausência dessas variações (de onde seu caráter *não-ergódico*), e que possuem desenlaces irreversíveis (de onde seu caráter *encarcerável*). Admite-se, portanto, que o estado do mundo  $x$  no tempo  $tn$  seria  $y$ , caso o estado do mundo fosse  $z$ , no tempo  $tO$ , e não  $z'$  como de fato foi, e que o estado  $x$  é irreversível. Identificaram-se aqui as condições iniciais  $z$  e  $z'$  e as finais  $x$  e  $y$  para captar a idéia de que pequenas mudanças na origem ( $z'$  é somente "linha" diferente de  $z$ ) provocam resultados consideravelmente distintos ( $x$  é diferente de  $y$ ). Por irreversibilidade, *parece* (não é claro na literatura) que se deseja indicar a *impossibilidade de*, que o estado do mundo  $x$ , no tempo  $tn$ , retorne às condições do tempo  $tO$ , no qual  $z$  e  $z'$  eram *possíveis*, e ainda, é claro, quando  $x$  e  $y$  também ainda não existiam. Assim, em um estado antecedente  $W$  (*world*), no tempo justo antes de  $tO$ , seria possível que o estado seguinte,  $tO$ , viesse a ser  $z$  ou  $z'$  e que, dependendo da alternativa, o estado posterior  $x$  ou  $y$ , no tempo  $tn$ , não poderia retornar a  $W$ , nem a  $z$  (ou  $z'$ ) e, conseqüentemente, nem a  $x$  (ou  $y$ ).

Se bem compreendida a conexão, o encadeamento lógico dos conceitos sugeriria que processos *rota-dependentes* representam espécie de causalidade contingente, efeitos imprevisíveis e, não obstante, irremediáveis. Sem dúvida, estas são condições extremamente restritivas e não consigo imaginar nenhum fenômeno não-trivial que atenda às exigências desta lógica. Talvez, nem mesmo algum fenômeno trivial possa atendê-las, pois exigir que  $x$ , sendo o *resultado de um processo*, possa *retornar* à exata condição  $W$  equivale a negá-lo como resultado de um processo, exceto em sentido literário.

Exemplificando. Se se toma a hipótese de que a inflação resulta de excesso da quantidade de moeda em circulação, aumentos sucessivos no nível dos preços serão resultado de um processo associado ao volume de moeda circulante. O parto de um ser humano também é, evidentemente, o resultado de um processo genético, este de aproximadamente nove meses. Denominá-los igualmente de *rota-dependentes*, contudo, semearia confu-

(11) Estudos organizacionais foram precursores na importação do conceito de equilíbrio descontínuo, mas não avançaram o suficiente no esclarecimento da definição, nem na elucidação da mecânica do fenômeno. Consulte-se, em particular: Gersick, Connie J. G. "Revolutionary change theories: A multilevel exploration of the punctuated equilibrium paradigm". *The Academy of Management Review*, 16(1), Jan. 1991; Romanelli, Elaine and Tushman, Michael. "Organizational transformation as punctuated equilibrium: An empirical test". *The Academy of Management Journal*, 37(5), oct. 1994. Eis a definição do conceito em Per Bak: "Punctuated equilibrium is the idea that evolution occurs in spurts instead of following the slow, but steady path that Darwin suggested" (Bak, op. cit., p. 117).

são na medida em que, em condições normais, o processo genético não poderia ser diferente, nem é possível retornar ao estado em que o recém-nascido ainda não existisse. Contrariamente, o processo de administração da moeda poderia ter sido outro e é possível "retornar" — o verbo é equívoco, pois se trata de *evoluir* para um estado tal que exiba propriedades anteriores às do estado atual — a um mundo em que não exista inflação descontrolada.

Antes que surjam objeções à comparação, repare-se que o processo genético-natural de um ser humano produz, no agregado, os resultados do crescimento populacional, da migração, do emprego, da oferta e demanda, da ecologia e do próprio governo. Não é possível retornar ao mundo em que seres humanos já nascidos ainda não existissem, nem houvessem ocorrido as conseqüências *individuais* dessa existência; mas é possível *evoluir* para um mundo *sem inflação*, no qual se remedeiem as conseqüências individuais do período inflacionário: desemprego, desorganização produtiva, ansiedade, incerteza. Para todo efeito relevante, processos inflacionários são rota-dependentes e reversíveis (não-encarceráveis necessariamente), até *porque* são rota-dependentes, enquanto os *efeitos de* processos demográficos definitivamente não o são.

É possível, claro, alcançar crescimento populacional igual a mais ou menos zero, condicionar por regulação os fluxos migratórios e administrar a coordenação produtiva entre membros de uma comunidade (governar), mas não é possível retornar ao *status quo ante* em nenhum aspecto relevante. Fenômenos sociais são históricos, mas a história é um fenômeno natural; assim como um parto, é irremediável. A identificação e o estudo sistemáticos de processos rota-dependentes tornam-se mais promissores, portanto, se admitirmos a independência das três propriedades: não-ergodicidade, rota-dependência (causalidade contingente) e encarcerabilidade. Em substituição ao sistema fechado implícito na literatura, sugiro a seguinte alternativa de encadeamento: "Um conjunto de futuros possíveis *W* dá lugar, ergódica ou não-ergodicamente, a estados específicos do mundo, os quais podem ser ou não encarceráveis".

Exemplificando. A relação entre tamanho de corpos legislativos e sua "representatividade" como proporção do corpo de representados é *ergódica, rota-dependente e encarcerável*. Argumentando por partes. Esta relação é ergódica porque, dado o conjunto *W* de desenhos possíveis da representação, a escolha de um deles define com relativa precisão a variação nos efeitos gerada por variações neste desenho. Pela legislação brasileira, com base no sistema de representação proporcional em distritos multinominais, o número de representantes de um subconjunto (unidades da Federação) da comunidade total resulta da aplicação de regras que fazem com que o corpo de representantes de cada subunidade mantenha proporção mais ou menos regular em relação aos demais. Mantidos os preceitos vigentes, os corpos singulares de representação podem alterar-se, mantendo-se, entretanto, a proporcionalidade legalmente fixada.

A relativa constância da proporcionalidade atesta o caráter ergódico do processo, mas a evolução de cada unidade dentro do sistema de regras

é rota-dependente, isto é, o sistema causal que conduz cada unidade a obter um máximo de representantes é contingente (já que uma das regras define o tamanho da representação como função da estratificação da magnitude populacional dos distritos eleitorais dentro de cada unidade, até um máximo legal). Pelas mesmas razões, a "representatividade" do corpo de representantes é encarcerável, mantidas as regras, obedecendo, *de maneira irreversível*, à constante: quanto maior a população, menor a "representatividade" do corpo de representantes em relação ao corpo de representados. Ademais, ela é também ergódica visto que a razão entre a "representatividade" da maioria qualificada e a da maioria absoluta permanece constante, independentemente da variação no eleitorado, conforme a *tabela 1*.

**Tabela 1**

Representação parlamentar, maioria qualificada (3/5) e maioria absoluta como porcentagens do eleitorado, segundo eleições  
Brasil, Câmara dos Deputados, 1945-1994

| Eleições | Representação parlamentar (A) | Maioria qualificada (B) | Maioria absoluta (C) | Eleitorado (D) | A/D     | B/D     | C/D     | Razão ergódica <sup>1</sup> |
|----------|-------------------------------|-------------------------|----------------------|----------------|---------|---------|---------|-----------------------------|
| 1945     | 304                           | 182,4                   | 153,0                | 7.418.930      | 0,00410 | 0,00246 | 0,00206 | 1,2                         |
| 1950     | 304                           | 182,4                   | 153,0                | 11.446.462     | 0,00266 | 0,00159 | 0,00134 | 1,2                         |
| 1954     | 326                           | 195,6                   | 164,0                | 15.086.125     | 0,00216 | 0,00130 | 0,00109 | 1,2                         |
| 1958     | 326                           | 195,6                   | 164,0                | 13.774.462     | 0,00237 | 0,00142 | 0,00119 | 1,2                         |
| 1962     | 409                           | 245,4                   | 205,5                | 18.522.760     | 0,00221 | 0,00132 | 0,00111 | 1,2                         |
| 1966     | 409                           | 245,4                   | 205,5                | 22.387.251     | 0,00183 | 0,00110 | 0,00092 | 1,2                         |
| 1970     | 310                           | 186,0                   | 156,0                | 28.966.114     | 0,00107 | 0,00064 | 0,00054 | 1,2                         |
| 1974     | 364                           | 218,4                   | 183,0                | 35.810.715     | 0,00102 | 0,00061 | 0,00051 | 1,2                         |
| 1978     | 420                           | 252,0                   | 211,0                | 46.985.466     | 0,00089 | 0,00054 | 0,00045 | 1,2                         |
| 1982     | 479                           | 287,4                   | 240,5                | 58.616.588     | 0,00082 | 0,00049 | 0,00041 | 1,2                         |
| 1986     | 487                           | 292,2                   | 244,5                | 69.309.151     | 0,00070 | 0,00042 | 0,00035 | 1,2                         |
| 1990     | 503                           | 301,8                   | 252,5                | 83.820.556     | 0,00060 | 0,00036 | 0,00030 | 1,2                         |
| 1994     | 513                           | 307,8                   | 257,5                | 94.743.043     | 0,00054 | 0,00032 | 0,00027 | 1,2                         |

Fonte: TSE, TREs, Serpro. Elaboração: Leex.

(1) Maioria qualificada (3/5 da representação) como proporção do eleitorado sobre maioria absoluta como proporção do eleitorado.

É oportuno aqui breve comentário sobre o conceito de não-ergodicidade. Existe, em análise eleitoral, o conceito de "*swing-ratio*", a desproporção de cadeiras parlamentares apropriadas por um partido comparativamente à sua força eleitoral. Conforme sólidos resultados já alcançados, sabe-se que, à medida que cresce a proporção de votos obtidos por um partido, cresce regularmente a proporção de cadeiras conquistadas. Assim, quanto maior a proporção de votos obtidos, maior a *desproporção* entre o percentual de votos e o de lugares no Parlamento. Entre outros exemplos, um estudo revelou que, para doze eleições legislativas americanas, a *swing-*

ratio foi igual a 1,9, significando que, para cada 1,0% a mais de votos para um partido, a ele se acrescia 1,9% a mais de cadeiras no Parlamento. Para três países, em cinco períodos diferentes, os resultados foram os seguintes: Grã-Bretanha, em 1945-1970, 2,83; Nova Zelândia, 1946-1969, 2,27; Estados Unidos, 1868-1970, 2,39; 1900-1970, 2,09; 1948-1970, 1,93.

Agora, bem. Considerando que a *swing-ratio* varia no tempo e no espaço, qual deve ser a hipótese explicativa: a de que existe uma razão ergódica para além de não-ergodicidades aparentes ou que a possível não-ergodicidade manifesta-se sob aparentes ergodicidades, *dependendo do intervalo de tempo considerado*? Do mesmo modo, a ergodicidade encontrada na "representatividade" do processo decisório parlamentar brasileiro, independentemente da variação no tamanho do Parlamento e do eleitorado, não seria mera casualidade temporal (vale dizer que as taxas oscilam a partir da segunda casa decimal) e registros longitudinais mais extensos revelariam não-ergodicidades? Impossível decidir com base nos dados disponíveis. Mas é plausível tornar o conceito de não-ergodicidade mais preciso em contextos específicos de investigação: processos não-ergódicos, quando mensuráveis, designam o oposto do conceito de elasticidade constante. Sendo o conceito de elasticidade constante relativamente bem definido, a identificação e a análise de processos sociais não-ergódicos tornam-se exequíveis<sup>12</sup>.

A articulação das propriedades de processos sociais é bastante complexa, bem mais do que suas conexões logicamente assépticas. Tome-se agora o exemplo das relações entre condições econômicas (*income per capita as proxy*) e democracia/autoritarismo (*binary attribute: presence/absence of regularly held free elections*). Adotando-se a classificação econômica do Banco Mundial por agregação, para 104 países, sendo 40 de baixa renda, 29 de renda média baixa, 15 de renda média alta e 20 de alta renda, obteríamos a distribuição, entre 1970 e 1993, apresentada na *tabela 2*.

(12) O exemplo foi adaptado de Tufte, Edward R. "The relationship between seats and votes in two-party Systems". *The American Political Science Review*, LXVII(2), jun. 1973. A fertilidade deste artigo não tem sido aproveitada nas análises políticas.

**Tabela 2**

Relação entre condições econômicas e democracia/autoritarismo  
1970-1993

| Democracia/<br>autoritarismo | Renda |             |            |      |
|------------------------------|-------|-------------|------------|------|
|                              | Baixa | Média-baixa | Média-alta | Alta |
| Sempre autoritário           | 20    | 8           | 1          | 0    |
| Sempre democrático           | 2     | 6           | 3          | 19   |
| Transeuntes                  | 18    | 15          | 11         | 1    |

Fonte: World Bank Reports; arquivo de dados Leex.

Não obstante o renascido otimismo da literatura sobre condicionantes econômicos da democracia, mantêm-se as seguintes questões intrigantes: além do valor desafiadoramente elevado, a distribuição na linha dos transeuntes varia quanto à direção do trânsito e à identidade dos próprios

transeuntes; se recuarmos a contagem para 1945 e variarmos as datas de fronteira, a distribuição se altera aleatoriamente (tabelas não transcritas para não sobrecarregar o texto).

É surpreendente que as ciências sociais considerem suficiente denominar "instáveis" os países que mudam de categoria (autoritários-democráticos-autoritários) sem atentar para o caráter escandaloso do fenômeno. Afinal, embora sejam todos instáveis, pelo conceito corrente, há algo mais a ser investigado no fato de que a Argentina tenha tido maior número de mudanças ilegais de governo do que o Peru e o Equador, acrescentado à segunda peculiaridade de que, não obstante, os períodos autoritários da Argentina somem número de anos autoritários inferior ao do Equador. E o que dizer do Paraguai, com reduzido *número de golpes de Estado*, mas inexcedível na *duração* de seus períodos ditatoriais? Não existe diferença relevante entre o número de golpes de Estado e a duração dos períodos de estabilidade democrática ou autoritária?

A análise dos casos concretos revela enorme diversidade de trajetórias: Países democrático-parlamentaristas majoritários de longa duração transformaram-se em autoritarismos, de onde saíram como regimes presidencialistas majoritários ou proporcionalistas, ou outra combinação qualquer<sup>13</sup>. Quanto maior o número de variáveis, menor o número de casos; quanto menor o número de casos, mais inadequados os modelos estatísticos da ortodoxia vigente, obrigando os analistas a impor a tortura do contínuo, em busca de extravagantes índices de poliarquia. Não fossem as poliarquias fenômenos indexáveis, para que serviriam as regressões e covariâncias? Como atribuir efeitos democratizantes (ou não) a variações nos valores de renda *per capita* se as poliarquias não fossem senão complexos de variáveis em virtual passeio estocástico ao longo de um contínuo? Mas com isso substitui-se a variedade real dos possíveis pela confortável uniformidade de entidades meramente computacionais (um neologismo, por certo, mas já era tempo de haver nascido)<sup>14</sup>.

Duas objeções maiores, entretanto, podem ser sustentadas em relação à literatura economicista, e ambas com base no que é mais atraente na investigação científica — as já mencionadas anomalias: como explicar as anomalias constituídas pela Índia e Papua, sempre democráticas, apesar de pobres?; como explicar tamanho trânsito entre democracia e autoritarismo, independentemente do nível de renda, à exceção dos países de renda alta? No que concerne ao número zero de casos de "sempre autoritários" entre os países de renda alta, também esta é uma anomalia a ser explicada: por que, em vários desses casos, nunca foram autoritários (depois de substituírem monarquias absolutistas por sistemas representativos) *mesmo enquanto foram pobres*?

A dificuldade dos estudos estocásticos sobre a poliarquia tem por principal raiz, mais do que o nascimento, a confusa cronologia do sistema. Desde Robert Dahl, em *Polyarchy*, até os estudos mais recentes, ou é impossível perceber com clareza as sucessivas etapas poliarquizantes das estáveis democracias contemporâneas ou a identificação de seus momentos apoteóticos é defi-

(13) Uma cronologia exaustiva de regimes políticos para 104 países desde 1945, elaborada pelo autor — com base em Gorvin, Ian (ed.). *Elections since 1945: A worldwide reference compendium*. UK: Longman Group, 1989; e em Banks, Arthur S. (ed.). *Political handbook of the world: 1944-1995*. New York: CSA Publications, 1994 —, encontra-se à disposição no Leex. Não a publicamos aqui em razão dos limites de espaço.

(14) A literatura rediviva sobre a matéria cresce exponencialmente. Embora costumem apresentar-se como investigações sobre os requisitos econômicos da democracia, trata-se na realidade de estudos sobre a inevitabilidade capitalista da democracia. Já que reclamam a mesma origem, observações de S. M. Lipset em artigo já quarentão, opto por comentar o padroeiro, convidando o leitor a examinar cuidadosamente seu discurso presidencial ("The social requisites of democracy revisited", *American Sociological Review*, 59(1), feb. 1994, pp. 1-22) e nele não encontrar paradigmático exemplo de análise etnocêntrica, racista, religiosamente intolerante e institucionalmente dogmática em nome de descobertas científicas absolutamente precárias. Bem lido, Lipset insinua que a única bricolagem institucional democrática bem-sucedida são os Estados Unidos da América, com alguma complacência para a Inglaterra e suas ex-colônias, brancas e protestantes.



nitivamente inaceitável. A começar pela Inglaterra, a qual, matriarca da família, só concedeu direito de voto às mulheres em 1928, quando Finlândia, Suécia, Holanda e Noruega, por exemplo, já o tinham feito. A seu favor, contudo, a evidência de que nunca regrediu em nenhuma das características usuais das poliarquias, algo de que os países nórdicos não podem se orgulhar. Aliás, sob que ponto de vista é plausível afirmar que a Finlândia foi mais poliarquizável do que o Chile, ao longo do século XX, ou do que a Índia, desde a independência da última? Ademais, exceto se se omite o fato de que a Suíça só admitiu o voto feminino em 1971, e que não se distingue por ser social e nacionalmente tolerante, como inclui-la entre os países de democracia estável, excluindo-se o Uruguai? A resposta encontra-se nos modelos estatísticos de análise, nos quais estas "pequenas" diferenças se diluem.

Submetendo, alternativamente, o modelo poliárquico a análise comparativa booliana, obtém-se que suas oito condições dariam origem a  $2^8 = 256$  tipos combinatoriais. Contudo, as oito condições dahlianas não são mutuamente exclusivas, sequer ordenadas. Acredito ser possível compactá-las em quatro direitos institucionalizados, e segundo o princípio das garantias mútuas: direito de expressão, de organização (inclusive para competir por poder), de votar, de ser votado. Binariamente identificados conforme existam completamente institucionalizados (valor 1) ou não (valor zero), dão lugar à seguinte definição de sistemas políticos de *fundamento* representativo (acentua-se o *fundamento* para distinguir *ditaduras*, que sempre presumem origem ou legitimidade representativa, de *fundamentalismos*, nos quais a justificação do poder é extra-representativa): "Sistemas políticos representativos são complexos combinatórios de quatro atributos de direito: expressão, organização, votar e ser votado, conforme estejam ou não completamente institucionalizados (implementados e obedecidos), segundo o princípio das garantias mútuas".

Da definição seguem-se 16 combinações ( $2^4$ ), nas quais os direitos são representados pelas letras A, B, C e D, de acordo com a ordem da definição (tal como de praxe, os valores serão 1 ou zero, alfabeticamente representados, respectivamente, por maiúsculas e minúsculas):

|     | A | B | C | D |
|-----|---|---|---|---|
| 1)  | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 2)  | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 3)  | 1 | 1 | 0 | 0 |
| 4)  | 1 | 1 | 1 | 0 |
| 5)  | 1 | 1 | 0 | 1 |
| 6)  | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 7)  | 1 | 0 | 0 | 1 |
| 8)  | 1 | 0 | 1 | 1 |
| 9)  | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 10) | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 11) | 0 | 1 | 1 | 0 |
| 12) | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 13) | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 14) | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 15) | 0 | 1 | 1 | 1 |
| 16) | 0 | 0 | 0 | 0 |

Os valores extremos 1111 (ABCD) e 0000 (abcd) correspondem respectivamente à democracia e à ditadura, *nunca completa e perfeitamente realizadas*, de onde ser aceitável a sugestão de Robert Dahl de denominar os sistemas reais, para efeito de classificação empírica, de poliarquias, no primeiro caso, e de autoritarismos, no segundo.

Pela regra da minimização, atributos com valores 1 e zero em casos diferentes são omitidos. Aqui, contudo, segue-se a regra de duplo ordenamento léxico: AB e CD, minimizando-se (subtraindo-se) os casos em que o ordenamento seja violado. Especificamente, aB e cD constituem inconsistências independentes. Assim, 1010 (AbCd) e 1000 (Abcd), por exemplo, são combinatorialmente consistentes, mas 1101 (ABcD), não.

Aplicada a regra ao quadro de combinações, verifica-se a existência de dois casos extremos, sete casos possíveis e sete inconsistentes, com a seguinte tabela de verdade e nomenclatura proposta:

|                         |   |                    |
|-------------------------|---|--------------------|
| Poliarquias             | = | ABCD               |
| Autocracias hegemônicas | = | Abcd + abCd + abCD |
| Autocracias inclusivas  | = | AbCD + AbCd        |
| Oligarquias hegemônicas | = | ABcd               |
| Oligarquias inclusivas  | = | ABCd               |
| Autoritarismos          | = | abcd               |

Existiriam, de acordo com o modelo, sete combinações não-poliárquicas e não-ditatoriais, entre autocracias e oligarquias, hegemônicas ou inclusivas. Em geral, o que a literatura denomina profusamente de poliarquia confunde poliarquias propriamente ditas e alguma forma de oligarquia (Abcd + ABCd). Por compensação, muitas classificações incluem, entre os "autoritários", tanto casos de autocracias inclusivas (em especial AbCD) quanto de oligarquias inclusivas (ABCd), identificando-os aos autoritários propriamente ditos (abcd).

Estimo que a tipologia resultante permita distinguir mais precisamente os casos particulares, além de ensejar melhor compreensão da dinâmica histórica desses sistemas. Ultrapassa os limites desta investigação explorar suas implicações teóricas e conferir a evidência. Contudo, é possível derivar imediatamente algumas proposições.

Assumindo a instauração de sistemas de *fundamento representativo* (que é, na realidade, o que se substitui às monarquias absolutistas e não, diretamente, a democracia), são mais freqüentes os casos em que, nesse tempo *tO* dos sistemas representativos, a organização do poder se dê sob forma de autocracias hegemônicas, das quais se passa às autocracias inclusivas (nas quais se institucionaliza o direito de expressão, mantendo-se restrito o direito à organização embora, *para os que o possuem*, estejam completamente institucionalizados os direitos de votar e ser votado), das quais se seguem as oligarquias hegemônicas (com *trade-off* entre direito de organizar com redução relativa nos direitos de voto ou de ser votado), as oligarquias inclusivas (crescente alargamento do direito de voto, mas não necessariamente de ser votado) e, finalmente, as poliarquias.

Salto são possíveis nesta seqüência, mas o que constitui problema não são os saltos, e sim o *trânsito* de um estágio ao seguinte ou *retorno* a

estágio antecedente e a forma em que se processam — incrementalmente ou por ruptura. Trânsitos e casos zero de autoritarismo, recorde-se, convidam à reflexão e exigem explicações sistemáticas. Deixo, aqui, duas hipóteses para investigação posterior, *sustentadas pela regra de minimização lexicalmente ordenada*: 1<sup>a</sup>) de oligarquias inclusivas e de poliarquias só é possível retornar a oligarquias hegemônicas ou autocracias por ruptura institucional; e 2<sup>a</sup>) *é possível retornar de poliarquias a oligarquias inclusivas por vias institucionais*.

Tomarei o modelo e as proposições decorrentes como de direito hipotético. O processo democrático constitui, talvez, exemplo quase oposto aos anteriores. Trata-se de fenômeno não-ergódico, rota-dependente e *não-encarcerável*. Possivelmente a atribuição das duas primeiras propriedades não suscita objeções, mas a terceira, sim. A hipótese economicista mais cara não é tanto a de que pobreza econômica produz instabilidade política, mas a de que riqueza, a partir de certo patamar, *encarcera* a democracia. Ora, o fato de que as atuais democracias ricas e estáveis não tenham sido instáveis quando eram economicamente pobres não é a única anomalia a ser explicada. É legítimo perguntar, fosse a política economicamente encarcerável, por que países pobres ou semipobres conseguem livrar-se temporariamente do cárcere autoritário e permanecer democráticos por razoáveis períodos.

Na verdade, a existência de atual instabilidade de alguns — o que significa períodos alternados de democracia — e de *sustentada estabilidade democrática* de outros, não obstante trajetórias de *turbulência econômica*, revela justamente o oposto da hipótese economicista, ou seja, revela que o processo político não é economicamente encarcerável. Vale a pena retomar a lógica do encarceramento.

Conforme entendimento difuso na literatura, a casualidade de escolhas no tempo  $t_0$  não impede que seja adicionada ao processo uma espécie de inércia causal (*hysteresis*) de tal modo que, ao fim de um período  $T$ , o processo encontre-se encarcerado, isto é, irreversível. Não é fácil conciliar este entendimento com um dos enigmas mais atraentes da teoria social: o das relações entre economia e política. A hipotética conexão lógica é em particular vulnerável, empiricamente, quando não descartamos, por resíduo estatístico, as anomalias. Qual a raiz da vulnerabilidade?

Identificar um processo como rota-dependente requer, preliminarmente, a demonstração contrafactual de que trajetória alternativa era um futuro possível no tempo  $t_0$ . Logicamente, obtém-se tal demonstração ao revelar-se não ser *necessário* que a alternativa considerada fosse inexistente. Empiricamente, basta anotar a existência de casos que contradizem a hipótese da necessidade da inexistência. Por exemplo: a Alemanha e a Itália de entreguerras contradizem a tese de que renda alta garante estabilidade democrática (renda alta em retrospectiva histórica); Inglaterra e Estados Unidos, entre outros, contradizem a tese de que o percurso da pobreza à riqueza atravessa turbulências autoritárias; finalmente, Índia e Papua contradizem a hipótese de que pobreza provoca instabilidade política. Bem

entendido, assim como nada impede que Índia e Papua venham a padecer de autoritarismo porque são pobres, pela mesma razão Suécia e Holanda não estão livres dele porque são ricas. A mesma razão é a razão do não-encarceramento do político pelo econômico, e vice-versa.

Demonstrar que um processo é rota-dependente, contudo, não equivale a demonstrar que é encarcerável. Rota-dependência implica a existência de ex-futuros possíveis, mas encarceramento requer a demonstração da *necessidade* da ausência de futuros possíveis, *hoje*. Para demonstrar a inexistência de futuros possíveis é indispensável demonstrar, em primeiro lugar, que o conjunto de futuros possíveis é finito — o que requer, em acréscimo, revelar a exaustão de cada subconjunto de futuros possíveis rota-dependentes de cada um dos futuros possíveis hoje. Esta última demonstração impõe ingrediente de extremo rigor: o de que cada futuro possível a partir de um futuro possível seja univocamente rota-dependente deste último.

Em outras palavras, algum futuro possível só o será se certo futuro possível que o antecede acontecer. Neste caso, o futuro possível antecedente torna-se *condição necessária* para o possível posterior, aliás para todos os possíveis deriváveis do anterior. Ora, se algum futuro possível é condição necessária para possível ulterior, por que este possível necessário não será ele próprio resultado de outro possível anteriormente necessário e assim regressivamente? Por regressão, portanto, estabelecer o encarceramento de um processo equivale a demonstrar uma de três possibilidades: i) que seu futuro está predeterminado e, conseqüentemente, que não se trata de processo rota-dependente; ii) que seu estado atual é estacionário e, conseqüentemente, que a hipótese de mudança é impossível; e iii) que as únicas possibilidades de mudança são catastróficas, isto é, referem-se a processos submetidos a equilíbrio descontínuo.

Das três possibilidades, a última parece promissora, mas, se verificado que é plausível, a conclusão correta não seria a de que existem processos sociais encarceráveis, mas a de que existem processos cuja mudança é de natureza incremental e outros cuja mudança é de natureza catastrófica, independentemente de que sejam ou não rota-dependentes.

A agenda contemporânea das ciências sociais impõe exercícios extremamente árduos. Para começar, a distinção entre processos incrementais e descontínuos é bastante fugidia. Considerem-se o exemplo da falsificação de preferências e seus impactos na produção de bens públicos e na irrupção de processos revolucionários e o exemplo da variação na taxa temporal de desconto e a transformação de inflação inercial em hiperinflação. Há que se examinar, ademais, o fenômeno da conectividade, ou compatibilidade (tecnológica, institucional ou organizacional), sobre o qual não se expandiu aqui, mas de crucial relevância para a análise de hierarquias e estruturas em geral: o que são sistemas de parentesco senão estruturas conectadas nos limites de variação que impedem mudanças descontínuas? Para dar conta desta agenda parecem insuficientes as considerações tradicionais sobre interdisciplinaridade, fertilizações cruzadas e

Recebido para publicação em 16 de março de 1998.

Wanderley Guilherme dos Santos é professor da Universidade Cândido Mendes. Publicou nesta revista "Gênese e apocalipse" (nº 20).

maior diálogo profissional. Tudo isso é necessário, sem dúvida, mas o momento presente testemunha por assim dizer uma transformação descontínua. Trata-se de reconsiderar os objetos de que se ocupavam as ciências sociais (alguns não existem, outros não são o que aparentavam) e escolher, quando não inventar, os instrumentos de análise a eles adequados.

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 50, março 1998  
pp. 61-89

---